

CARACTERIZAÇÃO SOCIOECONÔMICA DO MERCADO DE TRABALHO DE CORUMBATAÍ DO SUL

SOUZA, Edicléia Lopes da Cruz¹; SOUZA, Edinéia Lopes da Cruz²

RESUMO: O mercado de trabalho é um importante indicador do dinamismo econômico e, portanto, mensurador do grau de crescimento e desenvolvimento de uma região. Nesse sentido, o objetivo desse trabalho foi analisar as características do mercado de trabalho do município de Corumbataí do Sul, empregando-se a análise estatística descritiva de dados do Censo Demográfico. Observou-se que o mercado de trabalho de Corumbataí do Sul está inserido num cenário em que a economia local encontra-se atrelada à agricultura, as ocupações, em sua maioria, são em pequenas propriedades, a renda e a escolaridade dos trabalhadores são baixas. De acordo com os resultados, 67% da população trabalhadora do município estava ocupada na agricultura; 34,6% ganhava até um salário mínimo e 31,3% da população trabalhadora não era remunerada; 17% eram pessoas analfabetas. Esses fatores se refletem no baixo dinamismo do desenvolvimento local, evidenciando a necessidade de fortalecer o capital social, capital humano, bem como ampliar a participação do poder público como fatores sinérgicos, no sentido de criar políticas que minimizem as desigualdades locais e regionais.

Palavras-chave: Corumbataí do Sul. Mercado de trabalho. Desenvolvimento regional.

CHARACTERIZATION SOCIOECONOMIC LABOR MARKET SOUTH CORUMBATAI

ABSTRACT: The aim of this study was to survey the characteristics of the labor market of the city of South Corumbatai was employed descriptive statistical analysis of data from Census. The results showed that 67% of the working population of the city was occupied in agriculture, predominantly family, 34.6% earned below the poverty level and 31.3% of the working population was not paid, 17% were illiterate. Thus, regarded as an important indicator of dynamic economies, it was observed that the labor market Corumbatai South is housed in a scenario where the local economy is tied to agriculture, occupations are mostly on small farms the income and education of workers are low. These factors are reflected in the low dynamism of local development, highlighting the need to strengthen social capital, human capital, and increase the participation of government as synergistic factors in order to create policies that minimize local and regional inequalities

Keywords: South Corumbatai. Labor market. Regional development.

¹Mestre em Desenvolvimento Regional e Agronegócio, Professora Assistente do Curso de Ciências Econômicas da Universidade Estadual do Paraná - Unespar/Fecilcam, edycleya@yahoo.com.br.

²Mestranda em Desenvolvimento Regional e Agronegócio, Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE/Campus Toledo, edyeconomista@yahoo.com.br.

INTRODUÇÃO

Corumbataí do Sul, localizado na região noroeste paranaense, é um município que se caracteriza pela produção agrícola e que se destaca pelo cultivo do café, milho, feijão, soja, arroz e mais recente a cultura do maracujá. De acordo com dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) no ano 2000, o município possuía 4.946 habitantes, sendo que na área rural estavam 2.948 pessoas e na zona urbana 1.998. O município apresenta um Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDH-M) de 0,678, um dos menores índices do Estado do Paraná. A população é de baixo poder aquisitivo, apresentando uma renda *per capita* (a renda por habitante) de aproximadamente R\$116,09. A taxa de pobreza municipal é de 48,6%, ou seja, metade da população é pobre.

Tendo em vista a realidade acima exposta, os membros do grupo de pesquisa GERA³, da Universidade Estadual do Paraná (UNESPAR/FECILCAM), optaram em fazer de Corumbataí do Sul o objeto de uma de suas pesquisas, a fim de levantar dados e realizar um diagnóstico mais preciso da realidade socioeconômica do município. Nesse sentido, a este trabalho coube investigar as características do mercado de trabalho, isto é, identificar a população trabalhadora e analisar as suas características sociais e econômicas.

Tal proposta se justifica pelo fato de que, identificando variáveis como a quantidade de trabalhadores, a escolaridade, a renda, as condições de trabalho dos mesmos, entre outras, a pesquisa poderá servir como apoio aos interessados em conhecer o município e, bem como para os gestores e formuladores de políticas públicas, que terão disponíveis ricos dados sobre a população, principalmente sobre a população trabalhadora que é a que mantém a economia do município.

Os dados sobre os trabalhadores de Corumbataí do Sul foram coletados do Censo Demográfico realizado pelo IBGE em 2000⁴, sobre os quais foi realizada uma análise estatística descritiva.

Para melhor compreensão da discussão aqui apresentada, a pesquisa está subdividida em seções: além desta breve introdução, o artigo conta com a seção subsequente que discute o desenvolvimento econômico numa perspectiva regional e local e a importância do mercado de trabalho para o mesmo. Em seguida, na seção três tem-se a discussão dos principais resultados, finalizando com as considerações finais a respeito da pesquisa.

³Estudos Regionais: Geo-Histórico, Sociocultural, Econômico, Educacional e Ambiental – GERA.

⁴Ressalta-se, que embora já tenha sido realizado o Censo Demográfico de 2010, quando fora desenvolvida esta proposta de trabalho o último Censo divulgado era o de 2000, diante da incerteza de que os dados mais recentes estariam disponíveis até o final do projeto, permaneceu-se com a proposta inicial.

CONTEXTUALIZAÇÃO DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO EM AMBITO REGIONAL E LOCAL

Espaço e Desenvolvimento Regional

De acordo com Perroux (1962) o processo de crescimento econômico não ocorre em todos os lugares ao mesmo tempo, e conforme Ponsard (1988) o espaço não é neutro. Assim partindo da concepção desses dois autores, entende-se que desenvolvimento é desigual, e nesse sentido o espaço com todos os seus componentes tem influência na dinâmica da região e, assim sendo, acaba estreitando a relação existente entre desenvolvimento e espaço. Esses dois autores dão uma dimensão de como o desenvolvimento se propaga e o que o influencia.

A noção de espaço tem um lugar importante na construção do mundo contemporâneo. No espaço das regiões geográficas é onde se manifesta a produção de bens excedentes para o comércio de subsistência, e as mudanças científico, cultural, política, geográfico, biológico e econômico. Há diversas situações no espaço e relações entre objetos e ações que são elementos-chave na sua definição (FERRERA DE LIMA, 2012).

As preocupações com a espacialidade, bem como com o desenvolvimento regional, ganharam destaque principalmente a partir da década de 1950, quando os modelos que explicavam o equilíbrio econômico puramente da economia clássica e neoclássica entraram em crise. Nesse sentido, a concepção de desenvolvimento como desequilibrado é um contraponto às teorias, até então existentes, sobre desenvolvimento.

Nesse contexto de transformações teóricas acerca das concepções de desenvolvimento, surge a teoria dos polos de François Perroux. Assim, de acordo com Rippel e Ferrera de Lima (2009) a teoria da polarização suscitou uma série de estudos desenvolvidos a partir da segunda metade do século XX, e teve como principal objetivo compreender os mecanismos do desenvolvimento econômico, bem como as formas de intervenção nas atividades produtivas. No campo da teoria econômica, estes estudos acabaram se mostrando como uma alternativa de análise às fundamentações teóricas em nível macroeconômico da questão do crescimento econômico e de suas implicações.

Em relação à aplicação da teoria do polo no Paraná, os efeitos das políticas abordadas por essa teoria podem ser vistos nas aglomerações que se assentaram em algum ponto estratégico para a economia do Estado. Um estudo recente de Rippel e Ferreira de Lima (2009) coloca que a teoria da polarização tem sido aplicada na alavancagem do crescimento do Paraná, pois consideram que o Estado possui várias cidades que ocupam papel de destaque na economia regional, potencializando sua capacidade de polarização. Dentre estas cidades, destacam-se: Ponta-Grossa, Londrina, Maringá, Cascavel, Curitiba, entre outras.

Nessa perspectiva, Souza (2005) afirma que a visão da polarização, em que um polo urbano e industrial é constituído de um centro e uma área polarizada agrícola formando a periferia, não está de acordo com as ideias de Perroux e de Boudeville, seu principal discípulo. Pelo menos, a polarização não se constitui em uma concepção estática, mas sim dinâmica. No início do processo de industrialização e de urbanização de uma região o sistema é, de fato, mais dual do que em fases mais evoluídas, quando a tendência é a de se formar regiões menos polarizadas e, portanto, mais homogêneas. A concentração tende a aumentar com o crescimento acelerado, porém chega num ponto em que ocorre um processo natural de desconcentração ou de despolarização pela ação do mercado, ou em decorrência de políticas públicas.

Desse modo, os polos de desenvolvimento no Paraná, a partir de 1994, tiveram como prioridade a implementação das agroindústrias, com a finalidade de desenvolver e potencializar a vocação das regiões do Estado. No entanto, outras áreas, como a metal-mecânica, transporte, hotelaria (turismo), mineração, moveleiro, madeireiro e têxtil estão também sendo desenvolvidos. Esse desenvolvimento tem ocorrido nas cidades polos e ao longo de um eixo, denominado “anel de integração”, por onde os fluxos de capital, bens e serviços, irradiam crescimento para as demais cidades, devido à sua proximidade com os municípios polo (RIPPEL; FERRERA DE LIMA, 2009).

Há de considerar que as teorias dos polos com enfoque para o desenvolvimento regional cederam seu espaço em detrimento das teorias que enfocam o desenvolvimento local. As teorias dos polos foram utilizadas durante muito tempo como modelo de política pública em alguns países, como o Brasil, mas em razão das mesmas darem ênfase ou desenvolvimento exógeno, isto é, de cima para baixo, o que incentivou a concentração, evidenciando as disparidades regionais e as regiões periféricas. Assim, muda-se um pouco o enfoque das preocupações acerca do desenvolvimento e o mesmo passa, então, a ser discutido localmente.

Algumas considerações sobre o desenvolvimento local

De acordo com Muls (2008) a teoria do desenvolvimento econômico local pode ser apresentada como resultado da falência dos modelos tradicionais de desenvolvimento fundados ora seja na visão do Estado nacional como principal agente promotor do desenvolvimento, ora seja nas funções alocativas do mercado, ou como facilitador do ótimo econômico.

O desenvolvimento local para Buarque (2002) é um processo endógeno registrado em pequenas unidades territoriais e agrupamentos humanos, capaz de promover o dinamismo econômico e a melhoria da qualidade de vida da população. Ocorre, assim, uma singular transformação nas bases econômicas e na organização social em nível local, resultante da mobilização das energias da sociedade, explorando as suas capacidades e potencialidades específicas. Para ser um processo consistente e sustentável,

este desenvolvimento deve promover as oportunidades sociais e a competitividade da economia local, aumentando a renda e as formas de riqueza, ao mesmo tempo em que assegura a conservação dos recursos naturais.

De forma geral, as teorias que discutem o desenvolvimento econômico o condicionam à existência ou inexistência de fatores considerados pré-requisitos na estrutura produtiva, tais como: recursos naturais, fontes de energia, recursos humanos, entre outros aspectos. Assim, se um município, mesmo que pequeno, conseguir identificar um desses fatores, é possível utilizá-lo em prol do seu desenvolvimento social e econômico.

Nessa perspectiva, suscitam discussões sobre como se constrói o desenvolvimento local endógeno. Segundo Haddad (2009) o processo de desenvolvimento endógeno é concebido e implementado quando dentro de uma localidade ou região se manifesta a capacidade de mobilização social e política de recursos humanos, materiais e institucionais.

Ainda na concepção de Haddad (2009) o desenvolvimento local endógeno, não pode ser um processo fruto do conformismo, da apatia, isto é, da não mobilização dos habitantes de uma região onde uma dinâmica de organização social e política ainda não se faz presente. O autor enfatiza que não pode ocorrer desenvolvimento onde há conformismo com relação ao mau desempenho dos indicadores econômicos, sociais e de sustentabilidade ambiental.

Nas palavras de Aydalot (1985) a nova estratégia de desenvolvimento regional, orientada para o desenvolvimento local privilegia uma abordagem endógena do problema, uma vez que o desenvolvimento que se espera, seja posto por meio de uma ruptura com a lógica funcional de organização da vida econômica. Também propõe a retomada de uma visão "territorial", na busca da valorização dos recursos existentes dentro do "local", e espera-se que haja efetiva participação da população. Desse modo, poder vir a ocorrer um desenvolvimento que atenda os anseios e as necessidades da população.

Assim, levando em consideração o exposto, a partir das discussões do desenvolvimento local, pode-se tomar o mercado de trabalho de uma região como um importante indicador do grau de desenvolvimento da mesma, uma vez que a partir da estrutura produtiva local pode-se analisar a dinâmica do mesmo.

O mercado de trabalho e sua importância para a economia local

O mercado de trabalho é um importante indicador do dinamismo econômico e, portanto, mensurador do grau de crescimento e desenvolvimento de uma região. Para Ferrera de Lima e Eberhardt (2010) a região, para seu pleno desenvolvimento, deve ser capaz de criar empregos, garantir a sustentabilidade dos recursos naturais e as condições de vida da população. Da mesma forma, as atividades produtivas devem ser capazes de

rentabilizar os investimentos, caso contrário, a região corre o risco de cair no ostracismo econômico, que se reflete através do baixo dinamismo econômico. As atividades produtivas devem ser capazes de gerar excedente econômico que possa ser reinvestido na região, a fim de torná-la mais dinâmica. A participação do Estado, com políticas públicas, torna-se importante para estimular a formação de capital social básico, o fomento das atividades produtivas e os investimentos capazes de estimular o desenvolvimento.

Gunnar Myrdal ficou conhecido pelos seus estudos sobre o desenvolvimento desequilibrado, em especial pela sua teoria da causação circular da renda. Nas palavras de Simões e Lima (2009) as contribuições de Myrdal sobre desenvolvimento desigual, tem o processo de causação circular como válido para explicar uma infinidade de relações sociais, como, por exemplo, a perda de uma indústria em determinada região. Os efeitos imediatos desta perda são o desemprego e a diminuição da renda e da demanda locais. Estes por sua vez provocam uma queda da renda e da demanda nas demais atividades da região, o que já configura um processo de causação circular cumulativa em um ciclo vicioso. Se não ocorrerem mudanças exógenas nesta localidade, a mesma se tornará cada vez menos atrativa, de tal forma que seus fatores de produção, capital e trabalho, migrarão em busca de novas oportunidades. Isso significa dizer que uma região quando apresenta uma estrutura produtiva pouca atrativa, do ponto de vista dos trabalhadores, seus efeitos se refletem diretamente no mercado de trabalho, elevando a informalidade e reduzindo a demanda por trabalhadores.

Nesse contexto é que se julga de suma importância analisar o mercado de trabalho de Corumbataí do Sul, identificar suas características no referido município e discutir a relação desse mercado para com o desenvolvimento do local.

O MERCADO DE TRABALHO DE CORUMBATAÍ DO SUL: PRINCIPAIS ASPECTOS ECONÔMICOS E SOCIAIS

Conforme já exposto, para conhecer a saúde econômica de uma região, um dos mecanismos que pode ser utilizado é a análise de seu mercado de trabalho. O mercado de trabalho é considerado como o ponto de encontro das pessoas que procuram por emprego e as que oferecem emprego. Se o município apresenta uma boa oferta de empregos, bons postos de trabalho, bons salários, pode-se considerá-lo com bom desempenho econômico. De início, é importante conhecer como está composta a população de Corumbataí do Sul segundo a faixa etária, conforme mostra a Figura 1.

De acordo com os dados da Figura 1, no ano de 2000, a população infantil e idosa do município somava 26,3% do total da população. No geral, tratava-se de uma população jovem, pois somando todos os indivíduos com idade abaixo de 25 anos, tinha-se um total de 50,6%, isto é, metade da população tinha menos de 25 anos.

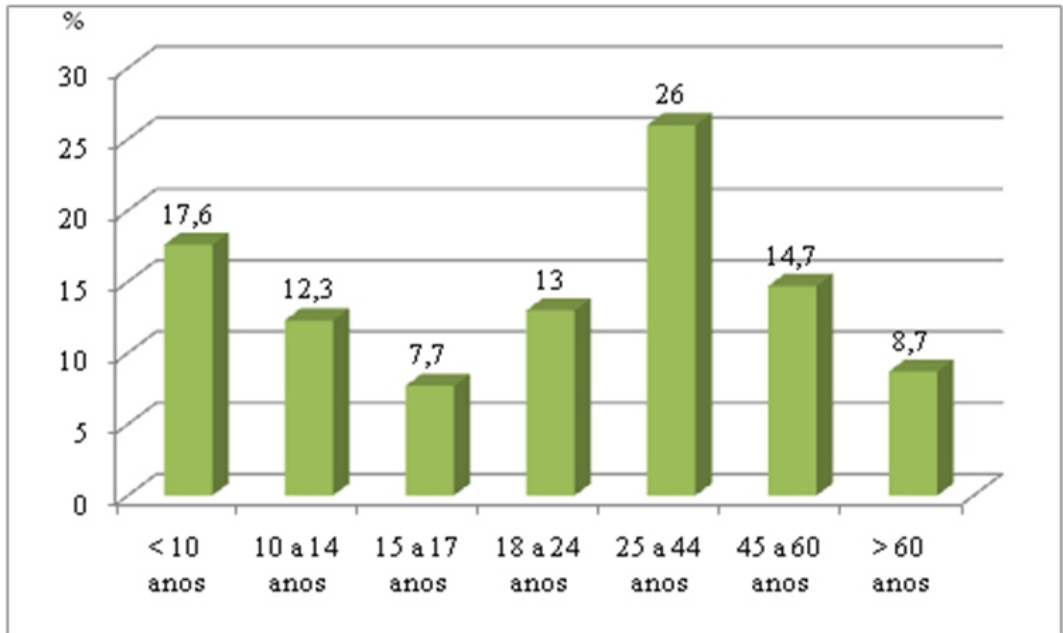


Figura 1: Estratificação percentual da população de Corumbataí do Sul segundo a faixa etária, 2000.

Fonte: IBGE/ Censo Demográfico/2000.

Para entender melhor como funciona o mercado de trabalho, optou-se em desagregar a população acima segundo os grupos etários e sua posição no sistema econômico. Para isso, imagine uma pirâmide dividida em três partes: na base desta pirâmide estão todas as crianças com idade entre 0 e 9 anos. No meio estão os indivíduos com 10 anos ou mais, conhecida como População em Idade Ativa (PIA). Na ponta, estão os indivíduos idosos (aposentados). De todas essas pessoas que têm idade acima de 10 anos, selecionamos somente as pessoas que estão trabalhando, ou que não têm emprego, mas, buscam por um, obtendo o que se chama de População Economicamente Ativa (PEA).

É preciso destacar, ainda, que estão fora da força de trabalho os adolescentes menores de 16 anos não podem trabalhar em função da legislação brasileira que os proíbe, bem como os aposentados, pensionistas, rentistas, pessoas inválidas física ou mentalmente, idosos, réus, pessoas que não querem trabalhar, domésticos e estudantes. Estes somam a População Economicamente Inativa, ou seja, têm idade para o trabalho, mas não o faz por algum desses motivos.

Somando todos os indivíduos que trabalham, tem-se então a População Ocupada (PO) do município. Em 2000, a PEA de Corumbataí do Sul era de 2.315 e a PO era 2.165. Com esses dados é possível calcular qual era a taxa de desemprego do município no período: basta tomar como base toda a população que não estava

empregada (150 pessoas) e dividir pela força de trabalho (PEA). Tem-se que taxa de desemprego em Corumbataí do Sul era de $150/2.315 = 6,48\%$. Esse índice é importante para o desenvolvimento e implementação de políticas econômicas de combate ao desemprego. Na Figura 2, apresenta-se de forma esquemática a estrutura do mercado de trabalho de Corumbataí do Sul.

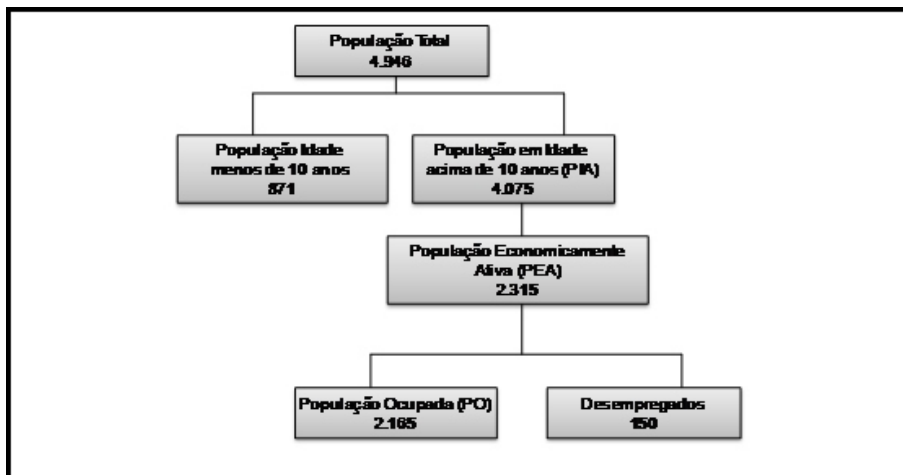


Figura 2: Classificação da população de Corumbataí do Sul segundo a posição no sistema econômico - 2000.

Fonte: Censo Demográfico/2000.

Os dados, a partir de agora, referem-se apenas à população trabalhadora (PO) de Corumbataí do Sul, ou seja, selecionou-se todas as pessoas que declaram desempenhar alguma atividade independente da idade. Esta população merece estudo mais detalhado, uma vez que é ela quem mantém a economia de uma região, tanto pela produção quanto pelo consumo. Pois quem consome é porque tem renda, tem renda é quem trabalha e quem trabalha faz parte da população ocupada de uma região.

É importante destacar que quando se analisa o mercado de trabalho de uma região, observa-se que este está intimamente ligado ao desenvolvimento de tal região. Geralmente, regiões menos desenvolvidas possuem um mercado de trabalho pouco dinâmico, com predomínio de atividades agrícolas as quais exigem menos mão de obra qualificada, e os trabalhadores apresentam, em geral, escolaridade e renda mensal baixa. Assim, no intuito de verificar se tais condições são observadas entre os trabalhadores de Corumbataí do Sul, têm-se as figuras apresentadas na sequência.

A Figura 3 estratifica a população trabalhadora segundo a faixa etária a qual pertencia no momento da pesquisa. Observa-se que em Corumbataí do Sul, no ano de 2000, aproximadamente 60% da população trabalhadora tinha entre 18 e 44 anos de idade. Um percentual muito importante, tendo em vista que este é o intervalo de idade em que as pessoas estão em pleno vigor físico e aptas ao mercado de trabalho; 17,8% correspondem aos que tinham entre 45 e 60 anos de idade; 5,7% conforma a população

trabalhadora idosa enquanto que as crianças e adolescentes representam 7,1% e 9,7%, respectivamente.

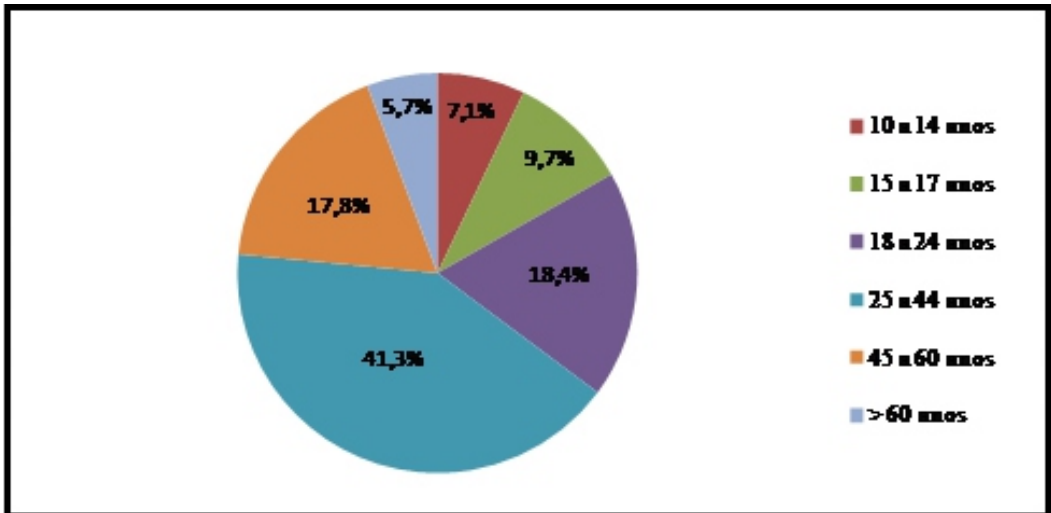


Figura 3: Estratificação da população ocupada de Corumbataí do Sul segundo a faixa etária, 2000.

Fonte: Censo Demográfico/2000.

As três últimas categorias mencionadas chamam a atenção, pois se tratam de pessoas que por condições específicas não deveriam estar no mercado de trabalho. No caso das crianças e dos adolescentes, o trabalho é proibido pela Constituição Federal a todos os indivíduos com idade inferior a 16 anos, salvo na condição de aprendiz após os 14 anos, ou seja, esses indivíduos não deveriam estar trabalhando. Já o grupo com idade acima de 60 anos revela que a participação de idosos no mercado de trabalho do município é relativamente alta. Considerando a idade de aposentadoria no Brasil, aos 60 anos esses indivíduos deveriam estar gozando do benefício sem precisar trabalhar para se sustentar, ou sustentar sua família.

A Figura 4 é formada por dois painéis: o primeiro mostra a divisão da população ocupada segundo o sexo, e o segundo mostra a área de residência dos trabalhadores. Assim, verifica-se que a maioria dos trabalhadores, 73%, são homens. Quanto à área de domicílio, 65% dos trabalhadores são moradores da área rural.

Como mostra a Tabela 1, em 2000 a maioria da população trabalhadora de Corumbataí do Sul estava empregada na agricultura, 67,4% dos trabalhadores estavam ligados às atividades agrícolas. Levando isto em consideração, pode-se dizer que se a agricultura do município fosse desenvolvida, a renda agregada da população poderia ser muito maior. Geralmente, as pessoas quando tem aumento na renda elevam seu consumo, o comércio local iria ganhar mais, mais investimentos seriam realizados, gerando possibilidades de crescimento de oferta de emprego e aumento das contratações.

O comércio é responsável por empregar apenas 4,7% da população trabalhadora do município. Outros 20% da população trabalham em atividades de serviços. Nesse caso, a maioria dos serviços é oriunda da administração pública, situação comum em pequenas localidades.

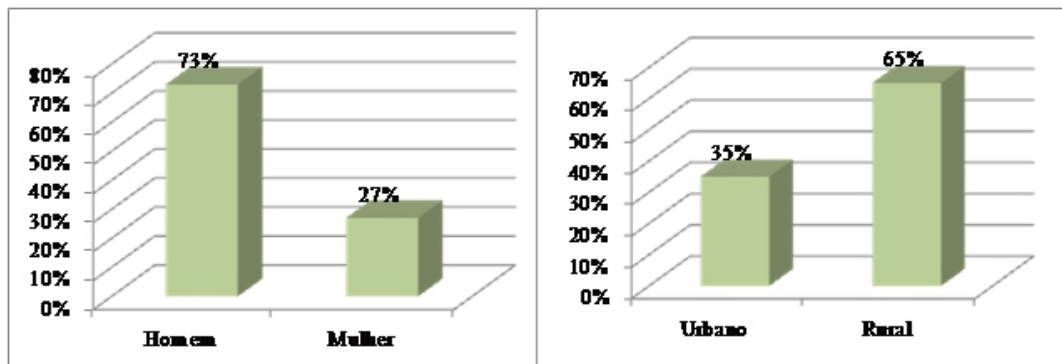


Figura 4: População trabalhadora de Corumbataí do Sul segundo o fato de ser homem ou mulher e a área de residência.

Fonte: Censo Demográfico/2000.

Tabela 1: Distribuição da população ocupada de Corumbataí do Sul segundo a atividade econômica, 2000.

Atividade	Frequência	%
Agrícola	1459	67,4
Comércio	101	4,7
Construção Civil	55	2,6
Indústria	41	2
Outra atividade	71	3,3
Serviços	438	20
Total	2165	100

Fonte: Censo Demográfico/2000.

A educação é o instrumento pelo qual os indivíduos podem mudar a sua condição de vida. A falta ou a pouca escolaridade quase sempre resulta em ocupação de postos de trabalhos com baixa remuneração. Caso contrário, se a população é bem instruída, geralmente, isso se reflete na renda, bem como na possibilidade de melhores condições de trabalho. A Tabela 2 mostra a distribuição dos trabalhadores corumbataiense de acordo com a escolaridade. Tem-se que 36% desses trabalhadores possuem de 1 a 4 anos de estudo, em contrapartida, apenas 2,2% possuem mais de 11 anos de estudo.

A renda é outro fator determinante dentro da dinâmica de um município, a falta dela pode trazer complicações ao município e gerar problemas em todos os setores da economia local. Em Corumbataí do Sul, verifica-se que, em 2000, 31% dos trabalhadores não recebiam renda, o que é muito comum em economias tipicamente agrícolas, não assalariadas, em que a produção muitas vezes é apenas para a subsistência.

O maior percentual é dos que recebiam renda mensal de um salário mínimo, que somou 34,6% dos trabalhadores; apenas 5,6% deles recebiam mais que 3 salários mínimos.

Tabela 2: Distribuição da população ocupada de Corumbataí do Sul segundo a escolaridade - 2000.

Anos de estudo	Frequência	%
Sem instrução	382	17,6
1 a 4 anos	788	36,4
5 a 8 anos	544	25,1
9 a 11 anos	404	18,7
Mais que 11 anos	47	2,2
Total	2165	100

Fonte: Censo Demográfico/2000.

Tabela 3: Distribuição da população ocupada de Corumbataí do Sul segundo a renda mensal recebida - 2000.

Renda Mensal	Frequência	%
Sem renda	678	31,3
Um salário	749	34,6
Dois salários	497	23
Três salários	119	5,5
Mais que três	122	5,6
Total	2165	100

Fonte: Censo Demográfico/2000.

Conhecendo a escolaridade e renda recebida pela população trabalhadora de Corumbataí do Sul, a Figura 5 apresenta a remuneração recebida pelos trabalhadores segundo a escolaridade que declararam ter no momento da pesquisa. Observa-se que dos trabalhadores sem escolaridade, 18,7% não recebiam remuneração pelo trabalho que exercia; 56,2% recebiam um salário mínimo e uma minoria (2,6%) recebiam três salários ou mais.

Quando se verifica a população com mais escolaridade e que recebiam rendimento maior, acima de três salários mínimos por mês, constatou-se que 43,8% da população com acúmulo de mais de onze anos de estudo ganhava mais que três salários mínimos por mês. Embora esse percentual se referisse a um número pequeno de indivíduos (21 pessoas), a participação relativa no total da população com igual rendimento mostra a importância da educação para se auferir uma renda maior.

Verificando a mesma figura, chama a atenção, o fato de que 6% da população com mais de onze anos de estudo eram trabalhadores sem renda e a metade deles (50,1%) recebiam entre um e três salários mínimos mensais. Isto evidencia o quão baixa é a renda recebida pelos trabalhadores no município, o que pode tornar-se um desestímulo ao investimento em maior escolaridade, bem como evasão e escassez de pessoas mais qualificadas.

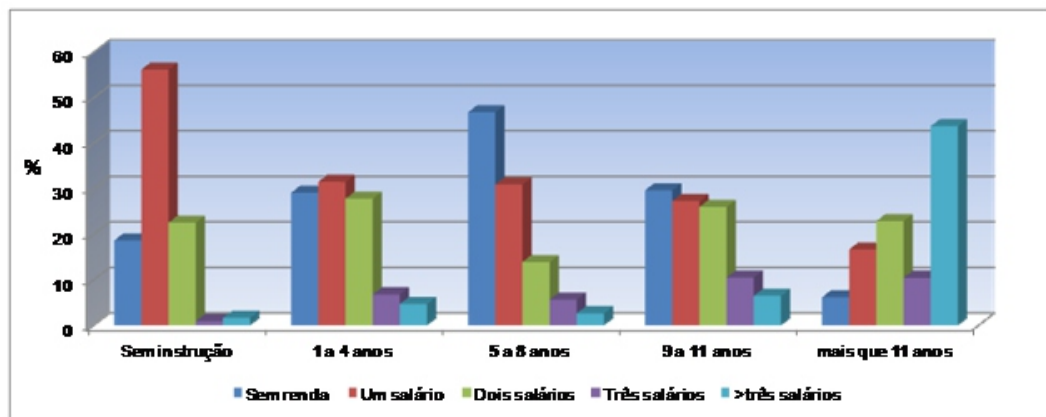


Figura 5: Distribuição percentual da população trabalhadora de Corumbataí do Sul segundo a renda recebida por nível de escolaridade.

Fonte: Censo Demográfico/2000.

Além disso, a educação não está relacionada apenas com a renda do indivíduo, mas também está associada ao desemprego, à condição na ocupação e à atividade desempenhada pelo trabalhador. Tafner (2006) apontou que em 2002, uma pessoa com nível médio incompleto tinha 17,6% de probabilidade de estar desempregada. Ao completar o ensino médio suas chances de desemprego caíam para 10,9%, e se caso tivesse o superior incompleto era de apenas de 5,4%, deixando indubitável que a educação tem influência direta na vida das pessoas.

Souza (2011) mostrou que os trabalhadores paranaenses sem instrução se empregam majoritariamente na agricultura, até porque a maioria das atividades agrícola requer muito mais força física do que acúmulo de escolaridade. Analisando, também, a questão da formalidade e informalidade no Paraná, revelou que 37,55% dos ocupados informalmente têm de 0 a 4 anos de estudo, e desses, 9,22% são analfabetos, número quase três vezes maior que o pessoal ocupado no setor formal com a mesma escolaridade.

Não obstante, em Corumbataí do Sul grande parte da população sem instrução e informal está na agricultura. Considerando a classificação dos trabalhadores formais e informais, conforme mostra a Figura 6, tem-se que somando os trabalhadores sem carteira e sem remuneração aos conta própria, aproximadamente 63% de toda a população trabalhadora de Corumbataí estava ocupada na agricultura e de modo informal. Em termos absolutos, se tratava de 1.362 pessoas de uma população de 2.165. Ademais, juntando-se de todas as atividades os trabalhadores declarados como conta própria, sem remuneração e sem carteira assinada, tem-se que 81% dos trabalhadores corumbataienses, em 2000, eram informais.

³O IBGE classifica como trabalhadores informais o que trabalham como conta própria, construção para o próprio uso, produção próprio consumo, trabalhador não remunerado, empregado e doméstico sem carteira.

A Figura 6 também mostra que o comércio é setor que se destacou com a maior participação de empregadores, de todos os trabalhadores inseridos em alguma atividade de comércio, 68,3% eram empregadores, mas em termos absolutos, se refere à apenas 10 pessoas; 10% era conta própria, e 6,7% eram funcionários do comércio com carteira assinada. Quando se verifica os trabalhadores com carteira assinada, destacou as atividades de serviços com 61,2% dos trabalhadores nesta condição. Entre essas pessoas, muito provável é que estejam as ligadas ao setor público, educação e saúde.

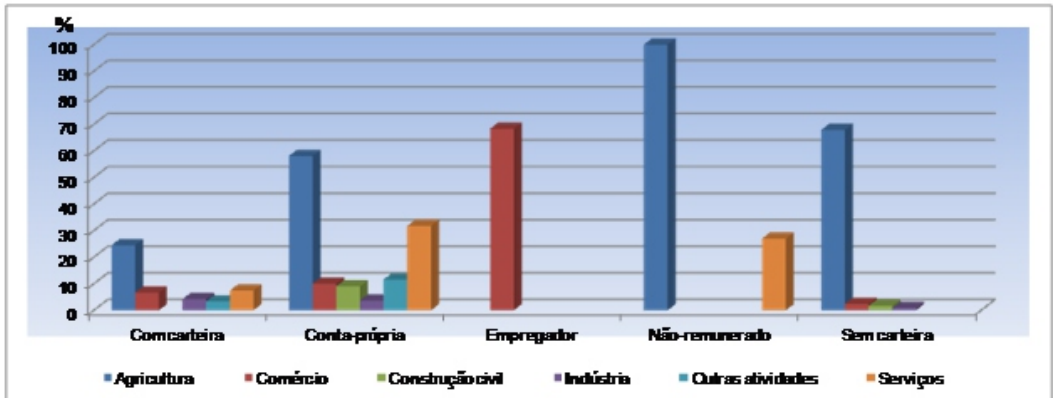


Figura 6: Distribuição percentual da população ocupada de Corumbataí do Sul segundo a condição e a atividade econômica, 2000.

Fonte: IBGE/Censo Demográfico/2000.

No intuito de verificar a população trabalhadora de Corumbataí do Sul segundo a atividade de ocupação que estavam exercendo, a condição nessa atividade e a renda recebida medida em salários mínimos mensal, elaborou-se a Figura 7. Tal Figura apresenta que os trabalhadores sem remuneração do município estavam em sua totalidade inseridos na agricultura, são 678 pessoas que trabalhavam sem receber pagamento monetário. Em relação ao total da população ocupada no município, esse número corresponde a mais de 31% da população. Muito provável é que se trata de membros familiares, como esposas e filhos que ajudam na atividade no campo. Quanto ao setor industrial, no município há apenas 40 pessoas absorvidas nesse setor, dos quais 67% ganhava um salário mínimo mensal e os 33% restante recebiam 2 salários mínimos por mês.

De modo geral, contatou-se que da população total trabalhadora da área rural, 48,2% não recebiam remuneração e 30% deles ganhavam 1 salário mínimo por mês. Juntos, 78% trabalhadora da área rural ou é sem renda ou sobrevivia com um salário mínimo mensal. Esta situação denota a grande dificuldade que ainda há nas áreas rurais dos pequenos municípios paranaenses. Já na área urbana, 43% dos trabalhadores recebiam 1 salário mínimo, enquanto cerca de 22% recebiam três ou mais salários por mês, enfatizando as diferenças de rendimentos recebido pelos trabalhadores rurais e urbanos. Esses dados podem ser conferidos na Tabela 4, a seguir.

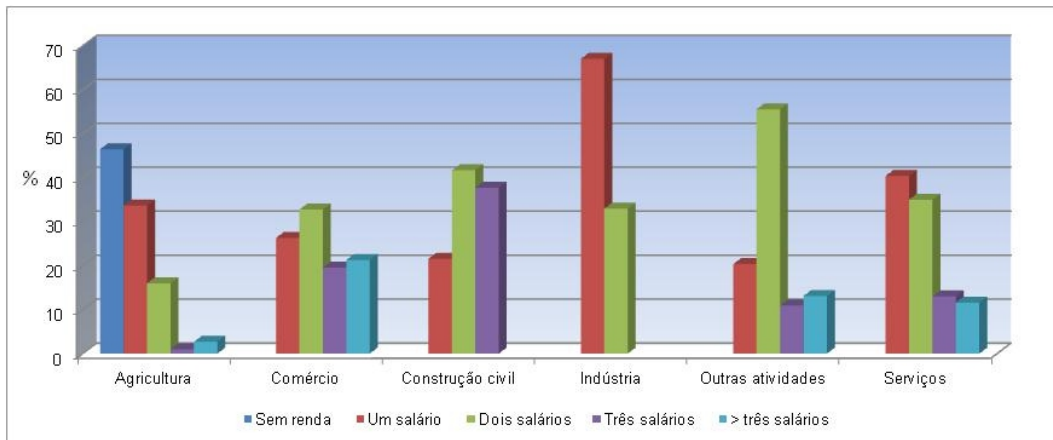


Figura 7: Distribuição percentual da população ocupada de Corumbataí do Sul, segundo a renda recebida por atividade econômica, 2000.

Fonte: IBGE/Censo Demográfico/2000.

Tabela 4: Distribuição da população ocupada de Corumbataí do Sul segundo a área de domicílio - 2000.

Renda (salário mínimo mensal)	Rural		Urbano	
	Frequência	%	Frequência	%
sem renda	674	48	4	0,6
um salário	419	30,4	330	43
dois salários	233	16,6	264	34,4
três salários	36	2,6	83	10,8
> três salários	35	2,5	87	11,2
Total	1397	100	768	100

Fonte: IBGE/Censo Demográfico/2000.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo desse trabalho foi o de realizar um levantamento das características do mercado de trabalho do município de Corumbataí do Sul. Tendo em vista que a estrutura produtiva de um local tende a ser um importante indicador do desempenho econômico de uma região, optou-se em verificar as principais características sociais e econômicas dos trabalhadores e, desta forma, inserir a dinâmica observada no contexto de desenvolvimento econômico local.

Para atingir o proposto, lançou-se mão ao uso de dados secundários obtidos pelo Censo Demográfico de 2000. Lembrando que esta é uma rica base de dados em âmbito municipal. A análise se deu sobre a população declarada trabalhadora com idade acima de 10 anos.

Considerando o exposto sobre a escolaridade e a renda dos trabalhadores de Corumbataí do Sul, foi possível constatar o elo existente entre a baixa escolaridade refletida em baixa renda no mercado de trabalho. Fatores como esses, atrelados a uma economia basicamente agrícola e pouco dinamizada, acabam por dificultar o crescimento de uma região. Assim sendo, o que fazer para desenvolver uma localidade em que 67% da população trabalhadora estava ocupada na agricultura característica familiar, 34,6% ganhava até um salário mínimo e 31,3% da população trabalhadora não era remunerada?

Algumas atitudes em favor da agricultura familiar têm sido desenvolvidas no município, a exemplo da Associação dos Produtores de Corumbataí do Sul (Aprocor), que reúne produtores de Corumbataí do Sul e municípios vizinhos, e nesse sentido tem trabalhado no fortalecimento do capital social da região, o que é indispensável na consolidação do desenvolvimento.

Além disso, sugere-se também a união da população trabalhadora, da Universidade, de órgãos de fomento e do setor público local na busca de iniciativas de promover o crescimento do município com base em alternativas que gerem renda para agricultores, como a diversificação da produção e agregação de valor aos produtos vendidos nas formas primárias. Considerando, ainda, que o município depende basicamente da atividade agrícola, investir nessa atividade é a melhor opção na tentativa de promover o efeito em cadeia, começando pelos trabalhadores rurais que poderá refletir em toda a comunidade local.

O fortalecimento da agricultura local e a diversificação é condição essencial para o desenvolvimento, uma vez que, construindo alternativas de crescimento econômico, geração de renda e emprego, o mesmo pode reverter-se em melhorias na qualidade de vida das pessoas, e nessa perspectiva minimizar as disparidades regionais.

Por fim, é preciso destacar que este artigo é a conclusão de um projeto de pesquisa que fora proposto em 2009, ano em que os únicos dados disponíveis sobre o mercado de trabalho desagregado por município era possível de ser obtido apenas do Censo Demográfico de 2000. Diante da realização do Censo Demográfico de 2010, lança-se o desafio do desenvolvimento de uma nova pesquisa que compare os dados registrados pelos dois Censos, podendo assim, verificar de forma mais detalhada a dinâmica observada no mercado de trabalho do município de Corumbataí do Sul nas duas últimas décadas. Fazer tal comparação, neste momento, é de um grau elevado de importância, porém extravasam os limites propostos por este trabalho.

REFERÊNCIAS

AYDALOT, P. La política regional y la estrategia espacial de las grandes organizaciones. In.: KUKLINSKI, A. (Org.). **Desarrollo polarizado y políticas regionales:** en homenaje a Jacques Boudeville. México: Fondo de Cultura Económica, 1985.

BUARQUE, S. C. **Construindo o desenvolvimento local sustentável**. Metodologia de planejamento. Rio de Janeiro: Garamond, 2002.

FERRERA DE LIMA, J; **Géoeconomie et développment regional**. Paris: Publibook, 2012.

HADDAD, P.; Capitais Intangíveis e desenvolvimento regional. **Revista de Economia**, v. 35, n. 3 (ano 33), p. 119-146, set./dez. 2009. Editora UFPR.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Demográfico de 2000**. Rio de Janeiro: IBGE, 2003. CD-ROM.

LIMA, A. E. M.; Teoria do Desenvolvimento Regional e o papel do Estado. **Análise Econômica**, Ano 24, nº 45, março, 2006 - Porto Alegre, Faculdade de Ciências Econômicas, UFRGS, 2000

MULS, L. M. Desenvolvimento Local, Espaço e Território: o conceito de capital social e a importância da formação de redes entre organismos e instituições locais. **Economia**, Brasília (DF), v.9, n.1, p.1-21, jan/abr de 2008.

RIPPEL, R.; FERRERA DE LIMA, J.; Polos de crescimento econômico: notas sobre o caso do estado do Paraná. **REDES**, Santa Cruz do Sul, v. 14, n. 1, p. 136 - 149, jan./abr. 2009.

PERROUX, F. **Le capitalisme**. Paris: Preense Universitaire de France, 1962.

PONSARD, C. (org). **Analyse economique spatiale**. Paris. Presses Universitaires de France. 1988.

SIMÕES, R. F.; LIMA, A. C. C. L. **Teorias do desenvolvimento regional e suas implicações de política econômica no pós-guerra: o caso do Brasil**. Belo Horizonte: Cedeplar, 2009.

SOUZA, E. L. C. **A relação entre inserção na informalidade e trabalho infantil no mercado de trabalho paranaense**. 2011. 134 p. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional e Agronegócio) – Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Toledo, 2011.

SOUZA, N. J. **Teoria dos polos, regiões inteligentes e sistemas regionais de inovação**. *Análise*, v.16, n. 1 (87-112), 2005.

TAFNER, P. (Ed.) **Brasil: o estado de uma nação – mercado de trabalho, emprego e informalidade**. Rio de Janeiro: IPEA, 2006. 533 p.